

A Verdade Nua e Crua

Reforma da Previdência faz mal ao país



Reunidos no Auditório do Ministério da Fazenda, Auditores Fiscais da Receita Federal tiveram mais uma demonstração de que o caminho a seguir é o de combater com veemência as propostas do governo para a previdência social. O Seminário Reforma da Previdência: A Verdade Nua e Crua, organizado pelo Unafisco Sindical, no dia 05 de junho, derruba todos os argumentos do Ministro Berzoini e conclui: a reforma é ruim para os servidores e para o Brasil.

Ana Mary da Costa Lino Carneiro, Diretora de Aposentados da DS/RJ, participa do Fórum Social da Bélgica

O evento faz parte do calendário do Fórum Social Europeu, uma das atividades de mobilização para o próximo Fórum Social Mundial, em 2004, na Índia. Veja na **página 7** como foram as principais discussões.

Encarte: Unafisco Saúde recadastra conveniados

O *Agente Fiscal* publica uma lista de hospitais, clínicas e profissionais que ainda não fizeram o recadastramento e podem ser desligados do plano, causando interrupção do tratamento. Confira se você usa estes serviços e alerte-os para não perder o prazo, até dia 30 de junho.

Tudo ao mesmo tempo agora

O Unafisco Sindical vive um momento de intensa movimentação. Internamente, porque aproximam-se as eleições para a DEN e para cada uma das diretorias das Delegacias Sindicais. Em junho, os Auditores-Fiscais escolhem quem levará adiante os projetos e as frentes de luta da categoria.

Os últimos meses foram dedicados às negociações para aprovar no Congresso Nacional o reposicionamento dos AFRF com isonomia frente aos auditores da Previdência e do Trabalho. O conteúdo da finada MP 71 foi incluído na MP 112, através de um acordo entre o sindicato e a Casa Civil da Presidência, para superar o trancamento da pauta na Câmara dos Deputados por MPs antigas. A MP 112 foi aprovada no Senado Federal, indo à sanção presidencial. Lula já assinou o PLN 01/03, que modifica o orçamento. Agora, aguardamos a sanção da MP 112, o que deverá acontecer até o dia 13 de junho.

No âmbito externo, o que movimenta o sindicato e o funcionalismo público como um todo é a preparação para enfrentar as reformas previdenciária e tributária. Neste campo, a atuação do Unafisco é em conjunto às frentes de luta constituídas pelas demais entidades e associado a um trabalho parlamentar em defesa da previdência social pública. As mobilizações já começam a ganhar as ruas, com uma paralisação por 48 horas e uma marcha a Brasília em junho.

Quanto à reforma tributária, as propostas do Unafisco não vinham encontrando eco na equipe de governo. Começa-se, entretanto, a falar da progressividade no Imposto de Renda. Mas isso não basta e, dependendo de como seja feita, o ônus pode recair de novo sobre a classe média. É necessário alcançar os rendimentos de capital que hoje não sofrem incidência. As críticas à proposta remetida ao Congresso Nacional vão desde uma controvérsia sobre aumento até a superficialidade da distribuição da carga tributária.

Em resumo, a agitação que domina o período demanda dos Auditores-Fiscais uma participação ainda mais aguerrida vida do sindicato. As razões vão desde a qualidade de vida na aposentadoria ao futuro do próprio país, debruçado na discussão sobre as opções macroeconômicas e políticas sociais implementadas desde a posse, em janeiro. Uma agenda para ninguém botar defeito. Ou o contrário.

O COMPONENTE CONFISCATÓRIO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 40) encaminhada pelo poder executivo ao Congresso Nacional, no dia 30 de abril, carrega em seu bojo um forte componente confiscatório no salário dos servidores públicos, como veremos no exemplo a seguir:

1. Suponhamos um servidor homem, com 53 anos de idade, 35 anos de efetivo trabalho, sendo 17,5 anos na iniciativa privada e 17,5 anos como servidor público. Contribuição na iniciativa privada pelo máximo, ou seja, aproximadamente R\$ 1.800,00 (já atualizados). Contribuição como servidor público sobre o vencimento bruto de R\$ 8.200,00 (classe e padrão constantes nos 17,5 anos).

2. Tal servidor solicita sua aposentadoria (aos 53 anos), já na vigência da Emenda Constitucional advinda da PEC 40, nas condições originalmente propostas.

3. O primeiro cálculo será o da proporcionalidade absoluta, ou seja, somam-se os R\$ 1.800,00 aos R\$ 8.200,00 e, no caso, divide-se por dois. Resultado: R\$ 5.000,00 de vencimento na aposentadoria.

4. Entretanto, como a idade mínima será de 60 anos, o servidor em questão terá uma redução de 5% para cada ano antecipado na sua aposentadoria. Assim, o infeliz servidor terá como proventos da aposentadoria um salário de exatos R\$ 3.250,00. E não é tudo.

5. Como R\$ 3.250,00 superam o limite de isenção, que é de R\$ 2.400,00 para os futuros aposentados, sobre essa diferença incidirá a alíquota de 11%. Portanto, o desgraçado do servidor, que trabalhou 35 anos, vai ter direito a um “pé-na-cova” de R\$ 3.156,50, ou seja, 38,49% do salário que ganhava na ativa. Isso sem contar o imposto de renda.

6. Como desgraça pouca é bobagem, o desafortunado servidor morre de desgosto tão logo se aposenta. Coitada da viúva, só poderá receber 70% do que ganhava o “desinfeliz”. Trocando em miúdos, ela terá que sobreviver com 70% de R\$ 3.250,00 menos os 11% sobre a diferença que exceder os R\$ 2.400,00 de limite de isenção (que aqui não é o caso). Total da pensão: R\$ 2.275,00. Pasmem, 27,74% do salário que ganhava o servidor vivo. Aqui, novamente, sem contar o imposto de renda.

O jogo ainda está por jogar. Podemos reverter. Como disse uma colega na mobilização de 2002: “vamos fazer uma gata parir uma vaca”. Nós já temos experiência nisso.

Aelio dos Santos Filho

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Pedro Delarue Tolentino Filho. **Secretário-Geral:** Aélcio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** Armando Domingos Barcellos Sampaio. **2º Sec. de Finanças:** Antonio Pedro Perez Alves de Faria. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Ana Mary da Costa Lino Carneiro. **Sec. de Defesa Profissional:** Nelson dos Santos Barbosa. **Sec. de Atividades Especiais:** José Carlos Sabino Alves. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Álvaro de Lima Veiga. **Cons. Fiscal:** Bernadete da Pena e Silva; Paulo Fernandes Bouças; Vera Tereza Balieiro A. da Costa. **Suplentes:** Ney Roberto Luiz Coelho; Fernando Moretzsohn de Andrade; José Afonso Silva Ramos. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Pedro Delarue, Aélcio dos Santos, José Carlos S. Alves, Andréa Millan, Ney Coelho e Marcelo Ficher. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Quadratim/Impressão: Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 – salas 401/405 – Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782(fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Diretora do Unafisco participa do Fórum Social da Bélgica

A Diretora de Assuntos Jurídicos da DS/RJ, Ana Mary da Costa Lino Carneiro, participou do II Fórum Social da Bélgica, realizado no dia 10 de maio passado, em Bruxelas, organizado por diversas associações, dentre elas o Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo e ATTAC.

O encontro faz parte do Fórum Social Europeu, a realizar-se em novembro de 2003, na França. Ambos são integrantes do calendário de expansão do Fórum Social Mundial (FSM).

A idéia do FSM, e de suas versões regionais, é esclarecer a todos sobre as alternativas ao sistema neoliberal. É um trabalho que vem sendo realizado em vários lugares pelo mundo, tentando colocar em rede a formulação de propostas e perspectivas com a finalidade de mudanças. Essas diversas mobilizações nacionais e internacionais buscam construir um “outro mundo”, um mundo com justiça social.

DÍVIDAS E ARRECAÇÃO SÃO DESTAQUES NA BÉLGICA

Nesta segunda jornada, foram oito eixos de trabalho, procurando privilegiar as trocas entre os participantes, a construção de alternativas, as formas concretas de lutas, a diversidade de modos de expressão, a igualdade de expressões (principalmente entre as mulheres e os homens, os cidadãos de origem estrangeira).

Dos oito eixos, merecem destaque os diversos debates e palestras sobre a dívida e o sistema de percepção de impostos, que é uma fiscalidade injusta, um círculo vicioso, ao Sul como ao Norte...

Para a maioria dos participantes, desde os anos 90, uma fiscalidade do tipo neoliberal vem favorecendo a livre circulação dos capitais, ponto de partida da concorrência fiscal entre países. Para atrair os capitais, os países propõem toda sorte de dispensas e abandonam o controle dos fluxos de capitais: a especulação explode. A diminuição dos recursos fiscais do Estado e as crises financeiras são pagas a um preço forte, pela população (exploração, desemprego, privatização, pobreza).

BRASIL É TEMA DE DISCUSSÃO

Um dos temas discutidos, dentro deste eixo, foi: BRASIL, LULA; o que está em jogo em relação à dívida e quais as responsabilidades do Norte? Mudança ou continuidade neoliberal depois da vitória esmagadora de Lula nas eleições presidenciais? Por que a manutenção dos acordos com o FMI?

O diagnóstico é aflitivo: A proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo governo petista ofende os direitos econômicos e sociais dos servidores públicos e o pagamento dos juros extorsivos da dívida está levando ao desmantelamento do Estado brasileiro. “Tive a oportunidade de expor os dados e problemas da nossa dívida, além de falar das propostas de Reforma Tributária e da Previdência, explicando que esta última é uma tentativa de entregar a aposentadoria dos trabalhadores do serviço público e das empresas privadas aos fundos de previdência complementar” – diz Ana Mary sobre sua participação. E prossegue: “Também discorri sobre o trabalho do Unafisco e como estamos nos posicionando frente a essas ameaças e às tentativas de desmonte das carreiras de Estado, a insegurança jurídica e fiscal a que está submetido o serviço público e sobre a violação dos direitos econômicos e sociais previstos na Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, e que fazem parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada em 1948”.

Na mesma mesa em que estava a Diretora do Unafisco, também participaram como palestrantes e debatedores representantes da Argentina, Congo, França, e Bélgica, este representando por Eric Toussaint, Coordenador do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo.

“Temos que pensar em alternativas e tentar construí-las, nos opondo a toda visão totalitária e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado e pelas multinacionais. O respeito aos Direitos Humanos, a verdadeira prática democrática e participativa, deverá ser o instrumento para a construção de uma nova sociedade” – conclui Ana Mary.

Ainda este ano, provavelmente no mês de outubro, haverá o Fórum Social Brasileiro, dedicado aos temas de interesse nacional. Outra boa oportunidade para discutir as alternativas do país para lidar com a tirania dos mercados e a crescente desigualdade entre as nações.

Notícias do Amanhã

Convênio com o Gafrée garante atendimento para as crianças do Estrelas do Amanhã

Tudo começou quando nossa colega Wilma Pimentel, que trabalha na DIORT, da DRJ-RJ, ouviu uma palestra sobre o Projeto Estrelas do Amanhã. Como presidente da Sociedade dos Amigos da Pediatria do Hospital Gafrée Guinle, resolveu agir. Wilma entrou em contato com a coordenação do projeto e se prontificou a intermediar um contato com o hospital, com o objetivo de estabelecer uma parceria que permitisse o atendimento médico de todas as crianças do Estrelas. O primeiro grupo foi atendido no dia 15 de maio e novos grupos serão atendidos, até que todas as crianças passem por uma avaliação e sejam feitos os encaminhamentos cabíveis, quando for detectado algum problema.

O trabalho de Wilma não se limitou ao contato, o que já seria muito, ao usar o seu prestígio junto ao Hospital para formalizar a parceria. Ela esteve presente durante o atendimento, orientando nossa coordenadora e acelerando os procedimentos.

Por isso, além de noticiar o fato, que abre uma nova perspectiva no atendimento integral de nossas crianças – objetivo do Estrelas do Amanhã –, também queremos dar testemunho do empenho e da entrega pessoal de Wilma, para que possa servir de exemplo para outros colegas que, atuando em outras áreas, se perguntem: o que posso fazer pelo projeto Estrelas do Amanhã?

A Verdade Nua e Crua: Reforma d

O Seminário Reforma da Previdência: a Verdade Nua e Crua realizado, dia 05 de maio, no Rio de Janeiro, pelo Unafisco Sindical, com o apoio da DS/RJ, reforça o sentimento de que as propostas apresentadas pelo governo federal para a reforma da previdência são prejudiciais ao país. Se o alvo principal da reforma é o serviço público, as conseqüências negativas se estendem por toda a sociedade. A mais grave: o eventual sacrifício das aposentadorias dos servidores públicos não contribuirá para melhorar a situação econômica e financeira do Estado brasileiro.

O auditório do Ministério da Fazenda, com cerca de 400 lugares, ficou lotado para ouvir os palestrantes. O presidente da DS/RJ, Alexandre Teixeira, abriu o seminário saudando os presentes e, em seguida, fez um breve resumo de como as propostas contidas na PEC 40/03 afetam os servidores públicos. Tanto para os servidores que estão na ativa e ainda não completaram os requisitos para a aposentadoria na atual legislação, quanto para os que ainda vão entrar no serviço público, após a publicação da PEC, se aprovada, haverá quebra da paridade e da integralidade dos proventos de aposentadoria e pensão. Apenas ficaria mantida a paridade e a integralidade para os atuais aposentados e para aqueles que já tenham completado os requisitos para se aposentar até a data da publicação da PEC. Mas, em contrapartida, para estes, assim como para os demais, a proposta prevê a “famigerada, ilegal, imoral e ilegítima” taxação dos inativos. Quanto às pensões, a reforma prevê redução para 70% — ou menos, dependendo de lei ordinária — do valor a que o servidor teria direito. “A PEC 40/03 também altera a regra de transição criada pela EC 20/98. Depois da promulgação da PEC, se é que será aprovada, um servidor que quiser se aposentar aos 53 anos irá perder 35% do salário a que teria direito, estando ainda sujeito às demais condicionantes” — esclareceu Alexandre, antes de passar a palavra aos palestrantes.

Em seguida, Fátima Gondim, vice-presidente do Unafisco Sindical e coordenadora do seminário, anunciou os temas que seriam destacados pelos convidados. Fátima adiantou que o que está em jogo é o Estado Nacional e a sua sustentação. Ela reafirmou a posição do Unafisco Sindical, que defende a inversão das prioridades,

realinhando os tributos antes de fazer transformações na estrutura da Previdência Social. Fátima alertou para o fato de que apenas 17 países adotam o regime de capitalização para a previdência. Destes, 14 estão na América Latina. Os demais são Hungria, Polônia e Eslovênia, sendo que este último já planeja abandonar este sistema.

Clemilce Sanfim, que é diretora da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social/ANFIP e da AFIPERJ, disse que estranha na reforma proposta pelo governo Lula a ausência de esforços para melhorar a arrecadação e de medidas moralizadoras. Ela também quer ver na reforma os planos para a inclusão dos 40 milhões de brasileiros que hoje não têm acesso ao sistema. Ponto a ponto, Clemilce desmonta os principais argumentos para a reforma nos moldes atuais. Segundo ela, o INSS — que administra o regime geral dos trabalhadores da iniciativa privada — tem cerca de R\$ 150 bilhões a receber de processos que estão na justiça. O governo federal deve ao INSS outros R\$ 100 bilhões. “A Previdência é muito grande para ser achincalhada desse jeito. A previdência paga as contas do governo e ele ainda diz que ela está quebrada, falida. É uma irresponsabilidade, porque o governo acaba desestimulando a contribuição” — conclui Clemilce.

Clemilce também protestou contra a maneira como o governo federal dispõe dos imóveis do INSS, sem nenhum retorno. “A previdência tem dono. É dos trabalhadores brasileiros. A previdência necessita de outra reforma, de incentivo, e tem que fechar ralos como este”. Segundo a auditora, “não existe instituição forte com servidores pisados, amesquinçados”. “Ficam dizendo que o problema é de administração. Não é verdade. Nós, previdenciários, não somos uma cambada, nós sabemos trabalhar” — desabafou.

Cid Heráclito:
defesa dos direitos
adquiridos.

Izabel Vieira, Diretora Adjunta de Estudos Técnicos do Unafisco Sindical, iniciou sua palestra fazendo um retrospecto das mudanças na área fiscal nos últimos anos, principalmente comparando a carga tributária que incide nas camadas de baixa renda — muito maior, por causa dos tributos indiretos — com as faixas mais privilegiadas. Como se não bastasse o aumento da carga tributária em si, que em 2002 chegou a 35,95% do PIB, essa carga onera muito mais quem ganha até dois salários mínimos (33,7% do salário em tributos) do que aqueles que ganham acima de 30 salários (9,34%).

Depois desta introdução, Izabel demonstrou como, ao longo dos últimos anos, o sustento dos servidores públicos vem deixando de ser considerado um dever do Estado para tornar-se uma questão meramente fiscal. Esta mudança de visão é que enseja o surgimento do discurso do déficit, visto que as contribuições dos servidores não cobrem — e nem teriam como cobrir — o que antes era assegurado pelo Estado. Ainda assim, Izabel mostra que as projeções para os próximos anos indicam que o chamado déficit é decrescente em relação ao PIB. Em 2003, levando-se em conta os servidores públicos civis da União, ele está em 0,99% do PIB, mas em 2036, as contas indicam que, apesar de crescer nominalmente, ele representará apenas 0,33% do PIB, um terço de hoje. A se considerar que os custos de transição são altos nos primeiros anos da reforma, definitivamente o discurso do déficit não sustenta o discurso da reforma.

O advogado Cid Heráclito de Queiroz, ex-procurador geral da Fazenda Nacional, sustenta que nem mesmo se



a Previdência é prejudicial ao país

pode falar em reforma. Para ele, trata-se apenas de elevar os recursos que entram no caixa da previdência, que vê os seus recursos constitucionais serem sangrados em favor de outras áreas. Cid sustenta que a previdência brasileira é o maior programa de transferência de renda do mundo ocidental e exemplifica com o fato de que em muitos municípios os benefícios previdenciários superam a economia local. O ex-procurador também bate firme na questão dos direitos adquiridos. “O direito nasce na posse do servidor. É uma relação legal”.

A professora Laura Tavares iniciou sua palestra lembrando que não se pode depositar na conta do atual governo a culpa de todos os problemas. A herança dos últimos 12 anos de ataques ao serviço público acabou por conquistar a sociedade brasileira, que hoje realmente vê os servidores como uma camada privilegiada. Para Laura, a mídia contribuiu muito e o próprio sindicalismo da iniciativa privada com-prou as teses dos fundos de pensão, que ela considera um retrocesso. Estudiosa do tema em toda a América Latina, Laura lamenta que se tente implantar tardiamente aqui um modelo que fracassou em todos os países do continente. “A unificação do sistema favoreceu a universalização, conquistada na constituição de 88. Será que vamos querer de volta aquele sistema das caixas, quando cada categoria tinha seu sistema, seus hospitais próprios, seus planos de saúde? A seguir este modelo, vamos ter Fome Zero para mais da metade da população, que pode ser considerada pobre. Os indigentes, os que não estão incluídos formalmente, vão viver de quê? Os fundos são injustos socialmente, porque atendem apenas aos que podem pagar” — acusa.

Laura defende uma retomada dos termos do capítulo original da seguridade na Constituição de 88, removendo o “entulho autoritário” deixado por FHC. Ela diz que a agenda a

AFRF lotaram Auditório do MF para saber mais sobre a reforma.



Clemilce Samfim desmontou argumentos do Ministro Berzoini

se construir, para superar a agenda neoliberal ainda em voga, é a dos direitos. “Essa é grande vantagem daquele texto original, que preconizava que todos tivessem direito a uma vida digna, independente de ter contribuído ou não”. Atualmente são 40 milhões de brasileiros nesta situação. Laura lembra que o Sistema Único de Saúde é o único que é universal em toda a América Latina e a previdência deve seguir a mesma lógica: nasceu, tem direito. Ela defende que quem ganha mais pague mais, mas que todos possam receber o que necessitam.

Na segunda parte de sua exposição, Laura Tavares aproveitou para desfazer alguns mitos que cercam o tema. Defensores dos fundos de pensão argumentam que este sistema teria a capacidade de gerar poupança interna, pré-condição para o crescimento econômico, que por sua vez alavancaria a geração de empregos e a inclusão da

massa de trabalhadores informais. Laura, isso é uma falácia. Ela acredita que somente o crescimento econômico não é capaz de gerar inclusão, que é necessária a participação ativa do Estado nas políticas de inclusão. Sobre os fundos, Laura argumenta que essa massa de recursos acaba por transferir-se para o mercado financeiro e para as bolsas, e daí para o exterior. “O Chile é um exemplo claro de fracasso deste modelo” — sustenta.

Ao final, Laura defendeu que os servidores públicos se aliem à sociedade brasileira nas reformas necessárias no regime geral da previdência, lutando por um projeto de proteção social que seja universal e incluyente. “Caso contrário, seremos tachados de corporativos, o que é uma injustiça, porque os servidores têm uma história de luta em defesa do povo brasileiro” — completou.

Presente ao seminário, o deputado federal João Fontes (PT/SE) foi convidado a dar o seu depoimento sobre a reforma da previdência. Ameaçado de expulsão, garante que não muda suas posições históricas. João Fontes também citou que é autor de ações contra a criação da CPMF e diz que não pode agora votar pela sua permanência, como quer o governo. “O sonho que nós alimentamos está muito distante do que está aí” — declarou. Mas, ao finalizar, disse que acredita que a proposta será alterada no Congresso, apesar das dificuldades, e chamou Lula de companheiro. “Não estou contra o governo, estou contra a política econômica adotada pelo governo”.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - DELEGACIA SINDICAL - RJ

PERÍODO DE 01/01/2002 ATÉ 31/12/2002

BALANÇO PATRIMONIAL

SINTÉTICO

	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
ATIVO	477.486,98	5.137.848,51	5.107.002,54	508.110,95
ATIVO CIRCULANTE	161.947,30	5.037.278,10	5.026.631,83	172.393,57
DISPONÍVEL	161.947,30	4.855.955,11	4.937.799,71	80.102,70
CAIXA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
BANCO CONTA MOVIMENTOS	9.482,63	3.848.068,44	3.854.923,02	2.828,05
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	156.629,72	945.862,35	1.027.017,42	79.474,65
CHEQUES EM TRÂNSITO	(8.185,05)	62.024,32	55.859,27	0,00
DIREITOS REALIZÁVEIS	0,00	80.183,08	1.200,00	78.983,08
VALORES A RECEBER (1)	0,00	80.183,08	1.200,00	78.983,08
ANTECIPAÇÕES	0,00	101.139,91	87.832,12	13.307,79
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	0,00	8.450,00	8.150,00	300,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS (2)	0,00	92.689,82	79.682,03	13.007,79
ATIVO PERMANENTE	315.519,68	100.368,41	80.170,71	335.717,38
IMOBILIZADO	315.519,68	100.368,41	80.170,71	335.717,38
IMOBILIZADO (3)	315.519,68	100.368,41	80.170,71	335.717,38
PASSIVO	477.486,98	1.910.563,14	1.941.207,11	508.110,95
PASSIVO CIRCULANTE	5.258,77	1.910.563,14	1.605.548,97	1.242,60
CONTAS A PAGAR	0,00	3.168,00	4.400,00	1.232,00
CONTAS A PAGAR	0,00	3.168,00	4.400,00	1.232,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2.420,76	381.205,28	378.795,12	10,60
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2.420,76	381.205,28	378.795,12	10,60
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.838,01	1.526.189,86	1.523.351,85	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.838,01	1.526.189,86	1.523.351,85	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	34.660,14	506.868,35
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	34.660,14	506.868,35
SUPERÁVIT ACUMULADO (4)	472.208,21	0,00	34.660,14	506.868,35

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO

DESPESAS	0,00	1.188.809,17	11.320,71	1.178.488,46
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	1.173.481,31	11.320,68	1.162.160,63
EVENTOS	0,00	137.692,74	2.299,31	135.393,43
CONAF	0,00	18.541,44	0,00	18.541,44
C.D.S.	0,00	3.449,59	0,00	3.449,59
COMISSÃO NAC. MOBILIZ. / COMANDO NACIONAL (5)	0,00	43.606,46	726,11	42.878,35
OUTROS EVENTOS (6)	0,00	72.095,25	1.571,20	70.524,05
DESPESAS DO DEPTO. JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	0,00	59.387,64	0,00	59.387,64
DESPESAS DO DEPARTAMENTO JURÍDICO	0,00	129.584,34	0,00	129.584,34
DESPESAS SOCIAIS - JURÍDICO (7)	0,00	127.634,29	0,00	127.634,29
DESPESAS GERAIS - JURÍDICO	0,00	1.950,05	0,00	1.950,05
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	0,00	828.354,15	9.021,37	819.332,78
DESPESAS SOCIAIS - ADMINISTRAÇÃO	0,00	548.451,94	5.320,51	543.131,43
DESPESAS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO (8)	0,00	279.902,21	3.700,86	276.201,35
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	0,00	10.031,25	0,00	10.031,25
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	0,00	10.031,25	0,00	10.031,25
DOAÇÕES	0,00	8.431,19	0,00	8.431,19
DOAÇÕES DIVERSAS (9)	0,00	8.431,19	0,00	8.431,19
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	15.826,12	0,00	15.826,12
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	15.826,12	0,00	15.826,12
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	501,74	0,03	501,71
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	501,74	0,03	501,71
RECEITAS	0,00	98.904,58	1.312.053,18	1.213.148,60
RECEITAS DE ATIVIDADES DOS ESTATUTOS SOCIAIS	0,00	34,41	1.232.292,34	1.232.257,93
RECEITAS DE ASSOCIADOS	0,00	34,41	1.161.192,30	1.161.157,89
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	12.061,81	12.061,81
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	59.038,23	59.038,23
RECEITAS DE ATIVIDADES NÃO SOCIAIS (10)	0,00	0,00	79.730,84	79.730,84
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS NÃO SOCIAIS	0,00	98.870,17	30,00	(98.840,17)
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	34.660,14	34.660,14

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 - VALORES A RECEBER: Refere-se à mensalidade de dezembro de 2002.
- 2 - ADIANTAMENTO A TERCEIROS: Refere-se a conta VALORES A RECUPERAR / EVENTOS, cujo saldo de R\$ 13.007,79 será recuperado, através de Ressarcimento pela DEN (gastos com Caravanas a Brasília e Reembolso aos AFRF que tiveram ponto cortado durante a greve).
- 3 - IMOBILIZADO: O valor cador de R\$ 80.170,71 refere-se a vários lançamentos, distribuídos da seguinte forma: R\$ 41.492,75 refere-se a conta OBRAS EM ANDAMENTO-RJ, que teve seu saldo transferido para a conta MOVIMENTO-DO-DE-JURÍDICO; R\$ 12.156,10, refere-se a conta OBRAS EM ANDAMENTO E SALAS-DE-EST, que teve tal valor transferido para a conta MOVIMENTO-EM-BONS-DE-TERCEIROS; e R\$ 26.521,86, refere-se a diversas contas do Ativo Imobilizado que tiveram itens baixados por serem considerados inservíveis conforme relatório de Comissão formada pelos Diretores, Álvaro de Lima Veiga, José Carlos Sabino Alves e Nelson dos Santos Barbosa.
- 4 - SUPERÁVIT ACUMULADO: O valor do Superávit do ano de 2002 foi de R\$ 34.660,14.
- 5 - COMISSÃO NAC. MOBILIZ. / COMANDO NACIONAL: O saldo de R\$ 42.878,35, refere-se à conta CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO que teve vários despesas, tais como, aluguel de auditório para realização de Assembléias (AS), postagem de correspondência para convocação de assembléias, confecção de faixas, pagto. a terceiros por serviços prestados na Campanha de Mobilização, etc.
- 6 - OUTROS EVENTOS: O saldo deste grupo refere-se a diversas contas das quais destacam-se: PASSAGEM AÉREA, R\$ 34.070,93, correspondente às despesas com Raurílio de Diretores na DEN, gastos com Caravanas a Brasília, não reembolsáveis pela DEN; e OUTROS EVENTOS, R\$ 9.472,85, referente a gastos com palestras e seminários com políticos promovidos pela DSJR.
- 7 - DESPESAS SOCIAIS - JURÍDICO: Este grupo contempla diversas contas, dentre elas a conta HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, cujo saldo de R\$ 45.587,61 corresponde ao valor consignado ao Escritório Bandeira de Mello, cuja contratação foi aprovada em CDD; Os outros gastos da conta foram para pagamento de advogados em defesa de colegas em sindicâncias, inquéritos administrativos e ações judiciais.
- 8 - DESPESAS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO: Este grupo engloba diversas contas, dentre elas: CONDUÇÃO URBANA, que se refere ao valor gasto para ida de Diretores nas Assembléias no Porto, Aeroporto, e Nova Iguaçu, bem como a partilha de diário no Porto, Aeroporto, por funcionário; OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, corresponde à diversas despesas tais como, compra de café, refrigerante, biscoito, pequenos equipamentos não imobilizados; ALUGUÉIS, CONDOMÍNIO, MATERIAL DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE, FORTES E TELEGRAMAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; TELEFONEXAX E INTERNET; ENERGIA ELÉTRICA; BAIXADOS INSERVÍVEIS; etc.
- 9 - DOAÇÕES DIVERSAS: O saldo de R\$ 8.431,19 corresponde à conta DOAÇÕES-UNAFISCO SAÚDE que se refere ao valor residual da conta da Campanha S.O.S. para o colega Diamantino, falecido, que por decisão de Assembléia, foi transferido para reforçar o caixa do Plano Unafisco Saúde; e
- 10 - RECEITAS DE ATIVIDADES NÃO SOCIAIS: R\$ 79.730,84 e DEDUÇÃO DE RECEITAS R\$ 98.870,17, refere-se ao Projeto Exatelas do Ararã (Contábil de Contas à Fome), com doações voluntárias de AFRF, que tem os valores descontados com folha de pagamento.

AFRF aderem às paralisações e planejam intensificar mobilização

Foi grande a adesão dos Auditores-Fiscais da Receita Federal à paralisação por 48 horas dos servidores públicos federais. Junto com os professores universitários, foi a categoria que mais se mobilizou para participar das manifestações no dia 15/05, segundo dia de paralisação. A passeata realizada no centro do Rio, que reuniu cerca de 1.000 pessoas, teve a participação de cerca de 70 auditores, que se concentraram na escadaria do Ministério da Fazenda e seguiram juntos para a Candelária, de onde partiram os servidores.

A retomada pelo atual governo da agenda de reformas com enorme semelhança às de FHC deixa os servidores públicos perplexos. O alvo maior, sem dúvida, é a taxaço dos inativos, que no passado recebeu da cúpula petista as qualificações mais desabonadoras. A solução é juntar as forças e ocupar os espaços políticos possíveis para alterar as propostas com mobilização e apoio da sociedade, que, por enquanto, encampa a idéia de que o serviço público abriga privilegiados, os “verdadeiros” responsáveis pela falta de verbas para a área social. Para o dia 11 de junho, está prevista uma grande Marcha a Brasília para protestar e pressionar o Congresso Nacional pela rejeição da reforma.

Como a Reforma da Previdência afeta os servidores públicos

Atuais aposentados e pensionistas e ativos que até a data da publicação da EC tiverem preenchido os requisitos para a aposentadoria pelas regras atuais

- Ficam mantidas a integralidade e a paridade de vencimentos
- Institui a contribuição previdenciária em percentual igual ao dos ativos (hoje, 11%, podendo ser majorado) acima de R\$ 1.058,00 (limite de isenção do IR);

- Em caso de falecimento do servidor aposentado, a pensão será de até 70%.

Atuais servidores ativos que até a data da publicação da EC NÃO tiverem preenchido os requisitos para a aposentadoria pelas regras atuais

- O cálculo do valor da aposentadoria levará em conta os salários que serviram de base da contribuição previdenciária feita pelas regras do INSS e do setor público (proporcionalidade) – fim da integralidade;

- Prevê o reajuste do benefício que preserve o valor real (critérios serão regulamentados por lei) – fim da paridade;

- Elimina a possibilidade de aposentadoria proporcional aos 53 anos, homem, e 48 anos, mulher;

- Servidor com menos de 60 anos (no mínimo 53 anos) e servidora com menos de 55 anos (no mínimo 48 anos) que quiserem se aposentar: além do fim da integralidade e da paridade, terão uma redução de 5% para cada ano que faltar para completar os 60 anos ou 55 anos, respectivamente;

Obs. Todos os servidores que entraram a partir de dezembro de 1998, bem como os que ainda vierem a ingressar, estão sujeitos à idade mínima de 60 anos, homem, e 55 anos, mulher

- As pensões serão limitadas em até 70% da aposentadoria ou do salário, conforme definição em lei ordinária;

- Haverá contribuição previdenciária de inativos no que exceder a R\$ 2.400,00;

- É facultado optar pelo teto de R\$ 2.400,00 e aderir à previdência complementar.

Futuros servidores

- Tudo o que se aplica ao atual servidor ativo;

- Teto comum ao Regime Geral de Previdência Social (INSS), que é estabelecido na EC em R\$ 2.400,00 (devendo ser corrigido para que se preserve o valor real);

- Previdência Complementar.

Rápidas

Aposentado recupera seus proventos depois de dois anos

No dia 14 de maio de 2003, foi publicada no D.O. Portaria que tornou sem efeito a cassação de aposentadoria do AFRF Wladimir Geraque Murta. A Auditor vinha lutando há mais de dois anos para provar a sua inocência, depois de passar por Processo Administrativo que lhe retirou os proventos. Um segundo processo instaurado por outra comissão com colega em situação análoga abriu caminho para a Revisão Administrativa, que finalmente reconheceu o direito do AFRF à reintegração. Aproveitamos a oportunidade para felicitar o colega Wladimir pela vitória.

Reposicionamento: projeto está na presidência para sanção presidencial

Uma negociação do Unafisco com o líder partidário e a Casa Civil da Presidência ajudou a solucionar um problema que vinha se arrastando desde o início do ano: o reposicionamento dos Auditores-Fiscais da receita Federal em isonomia com os auditores da Previdência e do Trabalho. O governo enviou ao Congresso Nacional dois Projetos de Lei tratando do assunto. O PL 477/03, que resgatou o artigo da MP 71/02 que tratava da transposição e o PLN 01/03, que altera o orçamento da União. No entanto, a tramitação estava travada por causa de uma série de Medidas Provisórias que estavam trancando a pauta na Câmara dos Deputados. O Unafisco vinha manifestando sistematicamente aos interlocutores no governo a insatisfação da categoria com a demora em resolver a questão, que tinha sido acordada desde o ano passado.

A solução veio com a inclusão do conteúdo do PL 477/03 como emenda a MP 112, que trata do Plano de Cargos e Carreiras da Polícia Federal, que foi aprovada no dia 13 de maio. Já a previsão orçamentária — que não podia constitucionalmente ser resultado de uma MP e sem a qual o reposicionamento não teria efeitos financeiros — continuou tramitando na forma de projeto de lei. A votação do PLN 01/03, por tratar-se de emenda ao orçamento, teve sua tramitação em sessão conjunta do Congresso Nacional, livre, portanto, da “fila” de MPs da Câmara. Foi aprovado no dia 14 /05 e sancionado pelo presidente no dia 29 de maio.

Posteriormente, restava a aprovação da MP 112 no Senado Federal, o que também já aconteceu. Os AFRF aguardam agora a sanção presidencial, o que deverá acontecer até o dia 13 de junho, no máximo.

A mobilização dos auditores foi o verdadeiro motor desta vitória. Principalmente nos últimos meses, organizados pelo Unafisco, os AFRF trabalham junto aos parlamentares e integrantes do executivo para garantir a correção da injustiça cometida em 1999, quando a carreira foi reestruturada. Desde a rejeição da MP 71, no final do ano passado, parte da categoria chegou a ter a remuneração rebaixada.

□ Espaço do Associado

Reflexões sobre a questão penal tributária

Parte deste artigo, que trata da questão penal no âmbito tributário, teve origem em comentários de minha lavra encaminhados ao Jornalista Ancelmo Góis, e que foram bem recebidos, bem como ao Ministro da Justiça que consta no do sítio no sítio www.tvebrasil.com.br/observatorio, tendo sido acrescido de análise decorrente da escandalosa proposta aprovada de extinção de punibilidade na MP do REFIS 2, “a vergonha”.

Al Capone, o maior criminoso norte-americano, foi preso por um grupo de auditores da receita e procuradores. No Brasil P.C. Farias foi condenado a quatro anos de prisão por sonegação fiscal de R\$ 1,7 milhão pela 10ª Vara da Justiça Federal e sua herança foi tornada indisponíveis por ação da Receita Federal – SRF, até o pagamento da dívida com a Fazenda Pública. Estes são exemplos do poder da ação penal tributária.

Atualmente a SRF é persistentemente excluída de todas as iniciativas de leis que atribuem competência à investigação de lavagem de dinheiro e até da sonegação fiscal, como se a regularidade fiscal fosse desconexa da lavagem. Talvez por isso o COAF, subordinado ao Ministro da Fazenda, e tão criticado pelo Ministro da Justiça, não funcione (se é que foi feito para funcionar ou somente para atender formalidades da convenção internacional patrocinada pela ONU). Talvez por isso a SRF não integre oficialmente a força-tarefa que investiga o crime organizado no Estado do Espírito Santo e os dignos colegas AFRF não recebam os louros do reconhecimento público de seu trabalho, cuja importância é decisiva vez que quanto mais se aproximam da obtenção de provas dos crimes, são submetidos a ameaças, não dispendo se quer de proteção institucional.

A existência do Mandado de Procedimento Fiscal e o art. 83 da Lei 9430/96 (Lei de Proteção ao Sonegador) tornam, na prática, impossível a propositura de ação penal de natureza tributária. Vencida a fase administrativa, a representação penal de natureza fiscal ao *parquet*, mesmo quando muito bem elaborada, fica ao sabor da boa vontade do procurador, que tem a prerrogativa de constituir, ainda, inquérito policial, procrastinando-se a acusação até que os “Cacciola da vida” já estejam longe do país.

Contrariamente a proposta da primeira comissão que estudou a reformulação do processo penal, recomendando a extinção do inquérito policial, substituído pelo inquérito criminal, pelo que o inquérito poderia ser conduzido por qualquer autoridade no exercício do poder de polícia, agilizando a ação penal e ampliando a ação do Estado na área afeta e naturalmente especializada (por exemplo: IBAMA - crime ambiental, SRF - sonegação, evasão e lavagem, INSS - crime previdenciário), a proposta gestada no Ministério da Justiça do governo FHC (ainda em apreciação) pretende excluir a competência da autoridade administrativa na condução de inquéritos com fins penais, como hoje ainda possibilita o parágrafo único do art. 4º do Código de Processo Penal - CPP, segundo o qual a polícia judiciária pode ser “exercida pela autoridade administrativa a qual por lei seja cometida a mesma função”.

Andrew Haynes em “A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS OF THREE DIFFERENT APPROACHES TO COMBATING MONEY LAUNDERING” (in *Police in Central and Eastern Europe, Slovenia, 1996*) analisa EUA, Inglaterra e Austrália e considera um dos mais importantes instrumentos do combate a lavagem de dinheiro instituídos pelos E.U.A. a prestação de informação pelo comerciante de qualquer gasto acima de US\$ 10.000 efetuados por consumidores à receita federal americana, à qual é delegado grandes poderes para o combate a lavagem de dinheiro. Tal iniciativa no Brasil é incipiente através da boa proposta de obtenção de informações sobre despesas efetuadas com cartões de crédito, bem como carecem de ampliação e fortalecimento os órgãos dedicados à investigação de caráter criminal, como a COPEI e o COAF.

Ao lado das boas iniciativas internacorporis na SRF, observa-se a assombrosa e escandalosa proposta do legislativo de extinguir da punibilidade nos crimes de natureza tributária, mesmo já tendo havido condenação (pasmem), mediante o pagamento dos débitos, conforme consta do texto aprovado da Medida Provisória que trata do REFIS 2, “a vergonha”, que aguarda sanção presidencial. Poderiam, pelo menos, ter tido um mínimo de senso ético, resguardando a sanção moral da punição, e proposto apenas que a reabilitação do condenado, prevista nos arts. 743 a 750 do CPP, fosse automática mediante pagamento dos débitos, excluindo-se o nome do rol de culpados e restituindo-lhe a condição de réu primário.

Ora, o CPP, no seu art. 734, atribui ao Presidente da República a concessão da graça aos condenados extinguindo-lhes a pena. Se o Presidente Luis Inácio Lula da Silva concorda com a extinção da punição dos sonegadores, conceda-lhes a graça, mas não sancione a extinção da punibilidade aprovada na MP do REFIS, pois além de vergonhoso, significa a extinção da repressão ao crime tributário e liberação da sonegação, evasão e lavagem de dinheiro. Se há ética no “Governo Lula”, não lhe resta alternativa que não seja o veto a tal dispositivo imoral.